



XVI Encontro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Campina Grande.
Os desafios da Extensão Brasileira frente à curricularização e às mudanças paradigmáticas.
De 07 a 08 de março de 2023. Cajazeiras, PB – Brasil.

Compartilhando noções sobre Estado, Governo e Gestão Pública na educação básica do município de Sumé – PB

Carlos Alberto Oliveira Costa¹, Júlio César Gomes Soares², Mayara José Martins da Hora³, Laís Karla da Silva Barreto⁴, Allan Gustavo Freire da Silva⁵
allan.gustavo@professor.ufcg.edu.br

^{1,2,3} Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Sumé, PB. Brasil.

⁴ Colaboradora, Professora, UnP, Universidade Potiguar, Natal, PB. Brasil.

⁵ Coordenador e Orientador, Professor, UFCG, Campus Sumé, PB. Brasil.

Resumo: O referido estudo objetivou capacitar estudantes de escola pública do município de Sumé – PB, sobre seus direitos e deveres, ao instruir discentes no Cariri Paraibano a compreenderem aspectos de separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, salientando a interação existente entre conceitos e a finalidade do Estado. Foi possível habilitar os alunos sobre seu papel como cidadãos e suas possibilidades de escolhas, transmitindo sua importância no contexto de tomadas de decisões governamentais.

Palavras-chaves: Deveres, Estado, Cidadãos.

1. Introdução

A convivência social requer ferramentas que venham a proteger direitos e buscar promover a harmoniosa relação entre os indivíduos em uma coletividade. Nesse prisma, o Estado se estrutura sob o fundamento de buscar manter a coesão social, garantir a propriedade privada e outros direitos coletivos (SILVA et al., 2017). [1]

Como questão norteadora desse projeto de extensão universitária, considerando o arcabouço constitucional brasileiro, o funcionamento da administração pública em contexto federativo, a estruturação do Estado e as ações governamentais, mediante políticas públicas, os estudantes de ensino fundamental, sobretudo, discentes do município de Sumé – PB possuem a devida compreensão teórica sobre aspectos que permeiam e envolvem nossa relação com o Estado, ou ainda, no tocante aos nossos direitos e deveres como cidadãos brasileiros?

Ainda, Sachs (2008) destaca que as estratégias de desenvolvimento, para serem eficazes, necessitam dar resposta aos problemas mais pungentes de cada comunidade. [2]

Diante dessas inquietações, o referido projeto fundamentou-se sobre a necessidade de contínuo esclarecimento e interação entre a universidade e estudantes da rede pública, especialmente àqueles do ensino básico, sobre princípios e regras constitucionais que norteiam e direcionam ações e o convívio em sociedade, tais como cláusulas pétreas a saber: o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes; e os direitos e garantias individuais, conforme assevera a Constituição Federal Brasileira de 1988, art. 60, § 4º. [3]

Desse modo, a pesquisa visou apresentar a alunos da educação básica pública, partes estruturais do nosso ordenamento estatal, salientando a interação existente entre o conceito e a finalidade do Estado, a importância das atribuições do Governo no processo de administração pública.

2. Metodologia

A projeto teve duração de sete meses, onde foram capacitados 23 jovens da escola pública municipal, com

idade entre 13 e 16 anos, da Escola Agrotécnica de Ensino Fundamental Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz.

A turma cujas aulas e trabalhos extensionistas foram desenvolvidos, educandos em que muitos destes discentes originam-se de famílias com baixa renda per capita, os quais possuem como alicerce financeiro familiar, a agricultura, tendo ainda como auxílio, a percepção de valores advindos de políticas assistencialistas redistributivas.

Como temática direcionadora e norteadoras as ações, foram desenvolvidas considerando os seguintes módulos:

Módulo I: Noções de Estado, Governo e Cidadania;

Módulo II: Separação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

Módulo III: Responsabilidades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário;

Módulo IV: As políticas públicas e o papel do cidadão na relação com o Estado;

Módulo V: A responsabilidade do Estado na garantia de direitos e na promoção de seu bem-estar.

3. Resultados e Discussões

Perfil da Unidade Escolar Estudada

A referida escola está localizada na Rua Luiz Grande, s/n, Bairro Frei Damião, na cidade de Sumé-PB.



Figura 1 – Escola Agrotécnica de Ensino Fundamental Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz, município de Sumé-PB.

Ações de Educação Ambiental

O desenvolvimento do projeto transcorreu conforme planejamento estruturado nos V módulos supraditos.

As capacitações foram divididas em etapas, as quais, dividiram-se em momentos com apresentação de aulas teóricas, dinâmicas de grupo, intervências, compartilhamento de textos e de experiências, rodas de conversa, atividades de fixação e a elaboração de materiais – desenhos e manifestações culturais, compreendendo a diversidade de formas.



Figura 2 – Aplicação dos módulos apresentados aos discentes.

Conforme os módulos estabelecidos, foi possível o desenvolvimento de dinâmicas de grupo, aplicação de questionários, exposições atinentes a direitos e deveres dos cidadãos, bem como, o papel estatal e demais discussões entre bolsistas, discente voluntária no projeto e alunos participantes.



Figura 3 – Registros de encontros sobre módulos e atividades desenvolvidas com os discentes.

O projeto firmou-se no compartilhamento e interação de saberes com foco no desenvolvimento local da comunidade, uma vez que está aliada à partilha de conceitos e de ações que circunscrevem o ordenamento estatal brasileiro, elencando como se estruturam e se dividem os Poderes, explicitando quais são as responsabilidades, garantias, direitos e deveres a serem atendidos pelo Estado e por cada cidadão.

4. Conclusões

Este trabalho legitimou-se ao visar contextualizar e difundir aspectos e regras que dizem respeito aos

direitos sociais, constantes no artigo 6º da Carta Magna brasileira de 1988, a dizer: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Desse modo, considerando que atingiu os objetivos propostos, o referido projeto apresentou, de forma articulada e contínua, noções iniciais que envolvem as políticas públicas, a gestão pública brasileira, regramentos constitucionais e princípios da administração pública - basilares na Constituição Federal Brasileira de 1988 - que possuem a função de promover a justiça, a liberdade individual e qualidade de vida, por meio de direitos e deveres bem definidos e que abrangem de forma universal, variados e indistintos e atores sociais.

5. Referências

SILVA, Allan Gustavo Freire da; MOTA, Leonardo de Araújo; DORNELAS, Carina Seixas Maia; LACERDA, Alecksandra Vieira de; **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25- 42, jan.-abr. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/72132/41081>. Acesso em: 11 mai. 2022. [1]

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira). [2]

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. [3]

Agradecimentos

Aos servidores e discentes que compõem a Escola Agrotécnica de Ensino Fundamental Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz.

Especialmente, à diretora professora Elidiane e ao professor Alberto Batista.

À UFCG pela concessão de bolsas por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG.